

Novos empréstimos externos ainda demoram

A previsão é do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin. Ele diz que as contas externas só fecharão este ano com ajuda de empréstimos-ponte.

A entrada de novos recursos no País ainda deverá demorar; possivelmente, o balanço de pagamentos só será fechado este ano com a ajuda de empréstimos-ponte dos banqueiros e do Tesouro norte-americano. A previsão foi feita ontem em Brasília pelo presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, ao mesmo tempo em que em Nova York surgiam notícias de que o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, tentam obter um empréstimo jumbo de US\$ 7 bilhões — cerca do dobro do que as autoridades admitem oficialmente para este ano.

Ontem, Pastore reuniu-se durante uma hora com os banqueiros que integram o comitê de assessoramento de renegociação da dívida, em Nova York, mas não deu nenhuma informação sobre o andamento das negociações. Hoje, o ministro Ernane Galvão explica os rumos da política econômica na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Nenhum banqueiro norte-americano quis comentar a rejeição do Decreto-Lei nº 2.024, antontem, pelo Congresso, e a perspectiva de que o Decreto-Lei nº 2.045, também de achatamento salarial, tenha igual destino. Mas todos aparentavam nervosismo, diante da expectativa de que o governo Figueiredo esteja longe de encontrar uma saída para a crise.

Entrevistado ontem à noite em Nova York, o presidente do Banco Central assegurou que a derrubada do Decreto-Lei nº 2.024 não terá nenhuma consequência sobre as conversações: "Nem o 2.024 nem o 2.045 são pontos centrais das negociações". Disse também não dispor de números precisos sobre o montante de empréstimos a ser solicitado para este ano e o próximo.

Já o presidente do Banco do Brasil comentou que, ainda que as autoridades chegassem a um acordo com os banqueiros esta semana, o dinheiro demoraria, porque teria de ser definida a participação de cada banco. "Dividir o ônus entre os 600 bancos credores não é fácil. A composição do quadro de credores não é o mesmo de fevereiro, quando houve o rateio do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões."

Sem dólares

O Banco do Brasil deixou de efetuar, desde o final de julho último, a cobertura automática no Exterior de dívidas não honradas pelas administrações direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, dentro dos mecanismos do Aviso GB-588. Oswaldo Colin anunciou a criação de grupo de trabalho, integrado por representantes dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, do Banco Central e da própria instituição, para mudar o Aviso GB-588. "Sem esta mudança, permanecerá uma válvula aberta para a expansão do déficit público."

A complementação no Exterior das operações amparadas pelo GB-588 foi suspensa depois da centralização cambial, em vigor desde 1º de agosto. Por isso, a mudança buscará a adaptação do GB-588 à centralização cambial e, entre as alternativas em estudo, estão o aumento das punições aos responsáveis pela inadimplência do setor público ou a simples conversão das dívidas externas em atraso em empréstimos em cruzeiros.

"É um negócio enrolado", disse Colin. Antes da crise cambial, o banco pagava o credor externo e, internamente, debitava o órgão em atraso. Agora, o devedor ainda não tem cruzeiros para depositar e o banco também não tem moeda estrangeira para enviar ao Exterior.

Redução de gastos

O Banco do Brasil vai seguir o exemplo do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e "enxugará" a sua estrutura no Exterior. Colin anunciou o fechamento das superintendências regionais em Washington, Luxemburgo e Cingapura e o retorno de 80 funcionários que trabalham no Exterior.

Em Cingapura, o Banco do Brasil manterá sua agência e, em Washington, escritório de representação. O banco manterá superintendências regionais apenas em Buenos Aires, como supervisora das operações na América Latina, e, em Manama (Bahraim), por ser muito atuante junto às instituições financeiras do Oriente Médio.

Colin explicou que, apesar de reduzir a estrutura, o banco não cogita de encerrar atividades de qualquer dependência operacional — agências e escritórios de representação.

A exemplo do que ocorreu em 1982, o Banco do Brasil procura superar as dificuldades, sem a preocupação maior com a rentabilidade ou crescimento de seu ativo externo. Colin explicou que a meta principal "é preservar a liquidez da rede de agências externas do Banco do Brasil".

Menos investimentos estrangeiros, este ano.

Os investimentos estrangeiros no Brasil, este ano, deverão alcançar apenas US\$ 440 milhões, segundo as novas estimativas preliminares do Banco Central, o que corresponde a menos de um terço da previsão inicial no balanço de pagamentos, que contava com investimentos diretos de US\$ 1,5 bilhão no exercício.

Para 1984, a perspectiva também não é boa, pois estima-se o ingresso de US\$ 500 milhões em investimentos, número bastante modesto se comparado aos investimentos de US\$ 1,370 bilhão de 1982 ou US\$ 1,794 bilhão de 1981.

O Banco Central informa que não tem ainda uma previsão do volume de reinvestimentos estrangeiros este ano ou em 1984, mas, desde já, sabe-se que é impossível chegar perto do número alcançado em 1982, US\$ 1,559 bilhão — um ano excepcional —, mais do dobro, por exemplo, dos US\$ 741,4 milhões reinvestidos em 1981.

O ingresso de investimentos estrangeiros até o momento não está totalmente calculado, segundo o Banco Central, mas outras fontes do governo informam que o valor global ficou em torno de US\$ 230 milhões até o final do primeiro semestre. Essas mesmas fontes acreditam que o Brasil pode dar-se por satisfeito se o valor, ao final do ano, chegar a US\$ 400 milhões, "pois está havendo uma retração dos capitais externos".

Essa retração, admitem várias fontes do governo, deve-se, em parte, à difícil conjuntura econômica internacional, mas, sobretudo, à conjuntura brasileira, onde uma inflação que deverá superar 160% este ano, uma dívida externa de US\$ 100 bilhões e uma recessão que não se sabe até quando irá durar não estimulam as aplicações estrangeiras.

As reclamações de investidores contra a legislação brasileira que regula a aplicação do capital estrangeiro — a base é a Lei nº 4.131, de 1962 — não são responsáveis pela retração dos investimentos, pois, em anos anteriores, com essa mesma legislação, os volumes de recursos externos foram consideráveis. A ambiciosa pretensão de alguns segmentos governamentais, sobretudo do Ministério da Indústria e do Comércio, de duplicar os investimentos externos, para uma faixa de US\$ 3 bilhões por ano, fica cada vez mais distante.